

## LEITURA DE TEXTO INFORMATIVO SOB UMA PERSPECTIVA SEMIOLINGÜÍSTICA

Lúcia Helena Martins Gouvêa\*

### Introdução

Este artigo propõe-se a analisar um texto de caráter informativo, especificamente uma notícia de jornal impresso, sob o ponto de vista *da Semiolingüística do Discurso*, de Patrick Charaudeau, e tendo como apoio a *Semântica Argumentativa*, de Oswald Ducrot.

Trata-se de um trabalho cujo principal objetivo é chamar a atenção do leitor de jornal para o modo pelo qual normalmente os fatos são narrados pelos repórteres.

Costuma-se ler uma notícia com bastante rapidez, na medida em que é um texto curto e que visa a transmitir ou as primeiras informações a respeito de um acontecimento novo, quase simultâneo à própria matéria jornalística, ou informações inéditas de um acontecimento que já circula na mídia. Se o fato se constituir em interesse geral, serão elaboradas reportagens que conterão todos os detalhes, revelando as causas e as conseqüências do que ocorreu.

---

\* Docente de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Por se tratar de uma leitura rápida, o alocutário não percebe que o texto está impregnado de manifestações de subjetividade do locutor, fixando-se naquilo que ele pensa ser somente o conteúdo informativo. Ocorre que a informação é transmitida por um sujeito, segundo seus pressupostos, suas concepções de mundo, o que conduz à máxima de que “o ponto de vista é que cria o objeto”.

Assim, pelo caminho inverso ao que afirma que os gêneros informativos se caracterizam pela neutralidade do jornalista, segue este artigo, pautando-se por conceitos propostos por Charaudeau.

### **Pressupostos teóricos**

Segundo Charaudeau (1996), a *significação discursiva* é uma *resultante* de dois componentes: *o lingüístico* e *o situacional*. Resulta do lingüístico, por operar com o material verbal (a língua), e do situacional, por operar com um material psicossocial. Ambos os componentes colaboram na definição dos seres simultaneamente como sujeitos comunicantes e atores sociais. Não se pode chegar à construção da *significação discursiva* sem o estudo de um ou de outro – o *espaço externo* (o fora da linguagem, a realidade extralingüística) e o *espaço interno* (a linguagem) de construção do sentido –, o que leva às dimensões *situacional* e *lingüística* da *significação discursiva*.

Num processo que tenta relacionar as dimensões situacional e lingüística do discurso, Charaudeau propõe um **modelo de estruturação de ato de linguagem** em três níveis: o situacional, o discursivo e o semi-olingüístico.

O *nível situacional* é o lugar em que se encontram os dados externos: a identidade dos parceiros do intercâmbio languageiro (quem fala a quem?); a finalidade do ato de linguagem (para que dizer ou fazer?); as circunstâncias materiais em que o ato se realiza (em que quadro físico de espaço e tempo?).

O *nível discursivo* é o lugar em que se instauram as diferentes maneiras de dizer, mais ou menos codificadas pelo sujeito: seus modos de

falar, os papéis linguageiros que ele deve desempenhar em função das instruções contidas na situação de comunicação.

O *nível semiolinguístico* é o lugar das escolhas linguísticas (categorias de língua e modos de organização discursiva) que configuram o texto, em que são ordenadas as formas dos signos, suas regras de combinação e seu sentido. As escolhas irão exprimir uma intenção comunicativa em relação com os dados do quadro situacional e com os dados da organização discursiva (maneiras de dizer).

Um outro conceito importante na teoria de Charaudeau (1983, 2008) é o de **contrato de comunicação**. O *contrato* caracteriza-se pela reunião de procedimentos linguísticos e psicossociais, determinados pela situação de comunicação. Um ato de linguagem pressupõe uma intencionalidade (dos sujeitos), depende da identidade dos parceiros, visa a uma influência, é portador de uma proposição sobre o mundo e realiza-se num tempo e num espaço determinados (a situação).

Para que um *ato de linguagem* produza seu efeito de comunicação, é necessário que os parceiros reconheçam, mutuamente, seu direito à fala (identidade) e que possuam em comum um mínimo de saberes postos em jogo no ato de troca linguageira. Segundo os princípios de influência e regulação, esses parceiros têm uma margem de manobra que lhes permite usar estratégias, o que leva a afirmar que a estruturação de um ato de linguagem comporta dois espaços: um espaço de restrições – condições mínimas às quais é necessário atender – e um espaço de estratégias – escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na colocação em cena do ato de linguagem.

A partir do conceito de *contrato*, é possível entender o significado de *gênero* para Charaudeau, bem como a distinção que ele faz entre **tipos de textos, gêneros textuais e modos de organização do discurso**. São tipos de textos o *jurídico* e o *jornalístico*, por exemplo; estão inseridos nesses tipos os gêneros textuais *petição* e *sentença*, v.g., e *reportagem*, *notícia* e *crônica jornalística*, v.g.; são modos de organização do discurso o *descritivo*, o *narrativo*, o *argumentativo* e o *enunciativo*.

*Tipo textual* (v.g., texto jornalístico) é uma categoria textual de base cujas características são determinadas pelo meio em que circulam os textos e por sua finalidade. É uma tipologia ampla em que estão inseridos alguns gêneros textuais (v.g., notícia, reportagem, editorial). Um *gênero textual*, por seu turno, é constituído pelo conjunto de características que um determinado grupo de textos apresenta. Essas características dizem respeito aos níveis situacional, discursivo e semiolinguístico de estruturação do ato de fala. Já os *modos de organização do discurso* são procedimentos discursivos que constroem o texto. Esses procedimentos constituem os modos narrativo, descritivo, argumentativo e enunciativo de organização discursiva.

O *modo narrativo* é aquele cuja característica central é relatar um acontecimento, com uma dada intenção, para um destinatário e de certa maneira e cujos constituintes são: os agentes, os processos e as seqüências.

O *modo descritivo* consiste em deitar sobre o mundo um olhar estático que faz existirem os seres, nomeando-os, localizando-os e atribuindo-lhes qualidades que os singularizam.

O *modo argumentativo* é aquele cuja principal característica é estabelecer laços de causalidade entre o conteúdo das asserções, e cuja função é permitir a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo (teses), com o objetivo de atuação sobre o sujeito-alvo.

O *modo enunciativo de organização do discurso* destaca-se por sua função de organizar os lugares e o estatuto dos protagonistas do ato de linguagem, isto é, do EU e do TU. O *modo enunciativo* é o lugar em que se constrói uma mecânica conceitual da conjunção de um aparelho formal (lingüístico) que marca os protagonistas, com as constantes comportamentais que caracterizam as situações de fala. É o *modo* que está presente em todos os tipos de texto, por ser aquele que gerencia os demais, caracterizando a marca dos enunciadores.

No que concerne aos **gêneros discursivos**, Charaudeau (2006) afirma que o *gênero de informação midiática* é o resultado do cruzamento entre um tipo de instância enunciativa, um tipo de modo discursivo, um tipo de conteúdo e um tipo de dispositivo.

O que o lingüista chama de *tipo de instância enunciativa* corresponde à origem do sujeito falante e seu grau de implicação (+ engajado; – engajado). A origem pode estar na própria mídia, em que se encontram os jornalistas, ou fora dela, em que se encontra um político, um especialista, uma personalidade convidada. A origem é marcada pelo lugar da mídia em que o texto está inserido.

O *tipo de modo discursivo* está relacionado ao mecanismo que transforma o acontecimento midiático em notícia. Os modos discursivos organizam-se em torno de três categorias de base: relatar o acontecimento, comentar o acontecimento e provocar o acontecimento. A notícia é um acontecimento relatado; o editorial, um acontecimento comentado; já o debate é um acontecimento provocado.

O *tipo de conteúdo temático* constitui o macrodomínio abordado pela notícia: um acontecimento de política nacional ou estrangeira, um acontecimento esportivo, um cultural *etc.*

O *tipo de dispositivo* refere-se às condições materiais *ad hoc* de realização do contrato, trazendo especificações para o texto e diferenciando os gêneros de acordo com o suporte midiático (imprensa, rádio, televisão).

Quanto ao gênero de informação midiática designado como **notícia**, Charaudeau afirma tratar-se de um *conjunto de informações*:

- . que se relaciona a um mesmo espaço temático – o acontecimento é um fato que se inscreve num certo domínio do espaço público e que pode ser reportado sob a forma de mini-relato;
- . que tem caráter de novidade – não significa que não se tenha falado antes do acontecimento, mas que é trazido um novo elemento que até então era desconhecido do público;
- . que é proveniente de uma determinada fonte – significa que o acontecimento é convertido em informação por uma determinada instância;
- . que pode ser diversamente tratado – significa que, no mesmo instante em que se dá a notícia, ela é tratada sob uma forma discursiva (descreve o que se passou, reporta reações, analisa fatos).

O *quadro temporal da notícia* é a atualidade. É o que dá à notícia seu caráter factual desprovido, em seu princípio, de qualquer qualificação subjetiva e qualquer tentativa de explicação de sua razão de ser. A contemporaneidade midiática está no fato de a aparição do acontecimento ser o mais substancial possível ao ato de transmissão da notícia e a seu consumo. O acontecimento é convertido em notícia através de um processo narrativo. A narrativa se dá, por seu turno, em detrimento da referencialidade do acontecimento, o qual, no entanto, fundamenta o contrato de informação.

Considerando-se o pensamento de Charaudeau (2006, p. 131) de que a *notícia* constitui-se num mundo filtrado, de que “*não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real*”, observe-se o texto que se segue bem como a sua análise.

### **Análise de uma notícia**

O texto abaixo se insere no gênero *notícia*, na medida em que é marcado por uma das principais características do gênero, segundo Charaudeau: relata um acontecimento na sua atualidade – a realização de uma operação policial que é deflagrada em 13/04/2007 e noticiada em 14/04/2007 pelo jornal *O Estadão*, de São Paulo.

#### Operação Furacão da Polícia Federal (*O Estadão*, Sábado, Abril 14, 2007)

Depois de quase um ano de investigações sigilosas, a Polícia Federal executou nesta sexta-feira, 13, a chamada Operação Furacão (Hurricane) para investigar um esquema de corrupção, jogos ilegais, tráfico de influência e lavagem de dinheiro. Entre os presos, 25 ao todo, estão o desembargador federal José Eduardo Carreira Alvim, que até quarta-feira ocupava a vice-presidência do Tribunal Regional Federal do Rio, e o procurador regional da República João Sérgio Leal Pereira.

Além deles, foram detidos também um outro desembargador federal – José Ricardo Regueira –, a corregedora da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Suzi Pinheiro Dias de Matos, e a cúpula do jogo do bicho no Rio: Aniz Abraão David, o Anísio da Beija Flor, Antônio Petrus Kallil, o Turcão, e Airton Guimarães Jorge, o Capitão Guimarães.

A operação, realizada nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, e no Distrito Federal, tem como objetivo desarticular uma organização criminosa que atuava na exploração do jogo ilegal e cometia crimes contra a administração pública. Foram cumpridos 70 mandados de busca e apreensão e 25 mandados de prisão contra chefes de grupos ligados a jogos ilegais, empresários, advogados, policiais civis e federais, magistrados e um membro do Ministério Público Federal.

Os presos serão transferidos para Brasília, onde serão interrogados e permanecerão à disposição da Justiça. O material apreendido será analisado na Diretoria de Inteligência Policial com o objetivo de complementar os trabalhos de investigação.

A Operação Furacão teve início com a identificação de uma organização criminosa especializada e estruturada para a prática de múltiplos crimes, incluindo exploração de jogos ilegais, corrupção de agentes públicos, tráfico de influência e receptação.

Oficialmente, poucos dos desembargadores federais do Rio sabiam da investigação. Foi uma operação sigilosa comandada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal César Peluzzo e acompanhada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza.

Observando-se o texto, pode-se afirmar que se trata do gênero notícia, como o descreve Charaudeau.

Em primeiro lugar, transmitem-se informações que se relacionam a um mesmo espaço temático, ou seja, o acontecimento é um fato que se inscreve num domínio do espaço público: um acontecimento policial. Tra-

ta-se da execução de uma operação que investigou um esquema de exploração de jogos ilegais, corrupção de agentes públicos, tráfico de influência e receptação.

Em segundo, é um texto que tem o caráter da novidade, na medida em que era a primeira vez que estava sendo noticiado.

Em terceiro, é proveniente de uma determinada fonte, já que o acontecimento é convertido em informação por uma determinada instância enunciativa, isto é, o sujeito se origina na própria mídia: um jornalista em nome do jornal *O Estadão*. Esse sujeito, por seu turno, quanto ao grau de implicação, é “menos engajado”, haja vista a maneira como o texto foi construído: o locutor se fixa na descrição de uma operação policial.

Em quarto lugar, as informações são tratadas de forma discursiva, vale dizer, ao mesmo tempo em que são transmitidas, constroem-se como um texto: faz-se uma descrição da operação, mostrando-se em que ela se constituiu (identificação da organização criminosa; mandados de busca e apreensão; mandados de prisão; transferência dos presos; análise do material colhido).

Finalmente, quanto ao quadro temporal, tem-se a atualidade. A primeira etapa da operação depois das investigações ocorreu em 13/04/2007, e noticiou-se em 14/04/2007. Essa contemporaneidade midiática pode ser observada no grau de consubstancialidade da execução da operação pela PF com sua transmissão pela mídia e com o seu consumo pelo leitor. O acontecimento “operação da PF” foi convertido no fato narrado “Operação Furacão da PF”, através de um processo narrativo e descritivo. Ainda que a referencialidade (execução da operação) constitua o fundamento do contrato de informação, a construção da notícia (operação furacão da PF) passa a ser o objeto de consumo do público.

Levando-se em conta essas cinco características (espaço temático, caráter da novidade, instância enunciativa, forma discursiva, quadro temporal) identificadas no texto, pode-se, realmente, afirmar que se trata do gênero *notícia*.

Retornando-se à introdução deste artigo, foi dito que é lugar-comum afirmar que os jornalistas informam com isenção. Segundo Charau-



deau (2006, p.180), entretanto, “*diz-se que as mídias não têm de tomar posição, que devem mostrar neutralidade, mas sabe-se que essa neutralidade é ilusória*”.

A neutralidade ilusória pode ser confirmada na notícia acima já no título Operação Furacão da Polícia Federal. Esse título, que inicialmente parece neutro, revela uma carga de subjetividade considerável. Para se ter uma idéia do que seria, neste âmbito, neutralidade, considerar-se-ia neutra uma chamada do tipo Polícia Federal realiza operação denominada Furacão, ou ainda, Polícia Federal realiza operação nas principais capitais do País.

Com um olhar mais atento, porém, devem-se levar em conta algumas indicações: a) era a primeira vez que o acontecimento era publicado, o que significa que, até aquele momento, ninguém ouvira falar de uma operação com o nome *furacão*; b) o substantivo *furacão* (nome da operação) significa “ventania devastadora” (Houaiss, 2007) este autor não consta da bibliografia; incluir; c) a polícia, através da operação denominada “furacão”, desarticulou a organização criminosa. Voltando-se ao título “Operação Furacão da Polícia Federal”, é assim que se entende o que aconteceu: a PF passou como um furacão, isto é, não deixou pedra sobre pedra, não poupou ninguém.

As marcas do sujeito enunciador vão aparecendo ao longo do texto, o que demonstra que a neutralidade do jornalismo é um mito. Observe-se o primeiro parágrafo, que se inicia desta forma:

Depois de quase um ano de investigações sigilosas, a Polícia Federal executou nesta sexta-feira, 13, a chamada Operação Furacão (Hurricane) para investigar um esquema de corrupção, jogos ilegais, tráfico de influência e lavagem de dinheiro. Entre os presos, 25 ao todo, estão o desembargador federal José Eduardo Carreira Alvim, que até quarta-feira ocupava a vice-presidência do Tribunal Regional Federal do Rio, e o procurador regional da República João Sérgio Leal Pereira.

Identifica-se, inicialmente, o morfema *quase* – tratado pela Gramática Tradicional como advérbio – funcionando, sob o ponto de vista da Semântica Argumentativa (Ducrot, 1976, 1987), como um operador argumentativo que aponta para a afirmação da totalidade. A totalidade corresponde a “um ano”; a PF investigou sigilosamente por *quase* um ano, portanto investigou por muito tempo. Conclui-se, por isso, que a operação foi bem organizada, ninguém foi preso aleatoriamente, na medida em que se teve um longo tempo para averiguação.

Ainda neste parágrafo, chama a atenção a escolha lexical. O verbo *executar* remete a “levar a efeito, efetuar, realizar com precisão” (Houaiss, 2007). Ora, a PF executou a chamada Operação Furacão, ou seja, efetuou com precisão aquilo para o qual ela se preparou por longo tempo, logo, cumpriu com seu compromisso social, e seu trabalho é confiável.

Vale destacar também que “a PF executou nesta sexta-feira, 13, a chamada Operação Furacão”. Verbalizar o dia da semana seguido do dia do mês, neste caso específico, ativa na mente do leitor a crença popular relacionada a uma data típica de má sorte, aquilo em que efetivamente se tornou para a organização criminosa.

Por fim, verifica-se que o jornalista citou, dentre os 25 presos, em primeiro lugar um desembargador federal que até a 4ª feira anterior ocupava a vice-presidência do Tribunal Federal do Rio, e um procurador regional da República. Apresentou, portanto, os membros mais importantes, levando o leitor a entender a relevância do trabalho da PF a partir do peso dos constituintes do grupo malfeitor. Além disso, ao dizer que o desembargador ocupava a vice-presidência do Tribunal no Rio, faz inferir algo como: se um dos presos é o vice-presidente do Tribunal no Rio, então os cariocas estão realmente desamparados em sua cidade.

Neste outro parágrafo,

Além deles, foram detidos também um outro desembargador Federal – José Ricardo Regueira –, a corregedora da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Suzi Pinheiro Dias de Matos, e a cúpula do jogo do bicho no Rio: Aniz Abrão

David , o Anísio da Beija Flor, Antônio Petrus Kallil, o Turcão, e Airton Guimarães Jorge, o Capitão Guimarães.

observa-se a locução prepositiva *além de* (reforçada pelo morfema *também*) funcionando como operador argumentativo que soma argumentos de mesmo peso: já tinham sido citados dois componentes; somavam-se a eles outros também importantes, o que remete à conclusão de que muita gente de prestígio havia sido presa.

Neste momento, vale relembrar um comentário de Charaudeau acerca dos atos de linguagem. Segundo ele, a estruturação de um *ato de linguagem* comporta um espaço de restrições – condições mínimas às quais é necessário atender – e um espaço de estratégias – escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na colocação em cena do ato de linguagem.

Sendo o texto analisado de caráter informativo, e não um comentário, o jornalista optou por usar um operador argumentativo que soma argumentos de mesmo peso, portanto um operador neutro, o que significa que seguiu as restrições impostas pelo gênero textual. Se se tratasse, porém, de um discurso comentado, o natural seria empregar um operador que introduzisse argumento mais forte, numa construção deste tipo:

Foram detidos Aniz Abraão David , o Anísio da Beija Flor, Antônio Petrus Kallil, o Turcão, e Airton Guimarães Jorge, o Capitão Guimarães. Foram detidos até mesmo o desembargador Federal, José Ricardo Regueira, e a corregedora da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Suzi Piniheiro Dias de Matos.

Explica-se: não é surpresa que os líderes do jogo do bicho estejam envolvidos em crime, portanto, tem-se aqui um argumento mais fraco; não se espera, porém, que pessoas cuja tarefa é fazer justiça – desembargador e corregedor – estejam envolvidas em atos ilícitos, logo, identifica-se aqui um argumento mais forte para comprovar a importância da operação realizada pela PF e o trabalho sério por eles desenvolvido.

Como a *notícia* é um texto informativo, o locutor valeu-se do espaço de estratégias para expressar sua subjetividade: usou um operador que soma argumentos de mesmo peso (além de) e inverteu a ordem de apresentação dos argumentos. Já que não poderia usar o operador *até mesmo* introduzindo argumento mais forte no final da estrutura, arrolou os componentes do grupo criminoso numa ordem que, sem o operador, provocasse mais impacto: primeiramente o membro do judiciário, depois a corregedora da ANP e, finalmente, os integrantes da cúpula do jogo do bicho no Rio. Se tivesse apresentado inicialmente os bicheiros,

Além deles, foram detidos também a cúpula do jogo do bicho no Rio: Aniz Abrãao David , o Anísio da Beija Flor, Antônio Petrus (...)

o leitor não leria o parágrafo até o final, pois não é novidade o envolvimento dessas pessoas em atividades ilegais. Assim, a ordem de apresentação foi estratégica, e foi fortalecida por terem sido inseridos no mesmo grupo indivíduos que se situam em posições contrárias: membros da justiça e contraventores.

No que se refere ao trecho

A operação, realizada nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, e no Distrito Federal, tem como objetivo desarticular uma organização criminosa que atuava na exploração do jogo ilegal e cometia crimes contra a administração pública (...),

a escolha lexical também é digna de nota. O verbo *desarticular* – “romper a coesão, desativar” (Houaiss, 2007) – é a forma verbal típica da linguagem policial e, conseqüentemente, do jornalismo policial; e é justamente esse termo que está sendo empregado para fazer referência a um grupo entre cujos componentes estão autoridades do judiciário, da polícia civil e da própria polícia federal. Destacam-se, pela mesma razão, os

sintagmas *organização criminosa e cometia crimes*. Verifica-se, portanto, que o jornalista não reduz a responsabilidade das autoridades no crime, o que caracteriza as marcas do sujeito enunciador no texto, e num texto que, teoricamente, seria apenas informativo.

Veja-se, agora, este parágrafo:

Os presos serão transferidos para Brasília, onde serão interrogados e permanecerão à disposição da Justiça. O material apreendido será analisado na Diretoria de Inteligência Policial com o objetivo de complementar os trabalhos de investigação.

Ainda que não tenha empregado o termo *criminosos*, o jornalista usou o termo *presos* em *os presos serão transferidos*, referindo-se a todo grupo. Desse grupo, fazem parte, além de chefes de jogos ilegais, magistrados, membro de Ministério Público, policiais *etc.*, o que mais uma vez demonstra a posição do sujeito enunciador em não minimizar a conduta insólita das autoridades.

Pode-se também destacar o verbo *complementar*, que significa *acrescentar algo de menor importância a alguma coisa mais importante já feita*. Assim, ao dizer que o material apreendido será analisado pela PF *com o intuito de complementar a investigação*, observa-se, além de um conteúdo declarado – vai-se acrescentar algo àquilo que já foi feito –, um conteúdo pressuposto – o primeiro passo, e o mais importante, já havia sido dado, que foi prender todos os envolvidos.

Vê-se, mais uma vez, a subjetividade revelando-se e, agora, através de conteúdos não exatamente declarados, mas implícitos.

Observe-se o último parágrafo:

Oficialmente, poucos dos desembargadores federais do Rio sabiam da investigação. Foi uma operação sigilosa comandada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal César Peluzzo e acom-

panhada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza.

O recorte inicia-se com um delimitador de domínio (Koch, 2004) – *oficialmente*. Isso significa que, do ponto de vista oficial, poucos desembargadores sabiam da investigação, isto é, se mais alguém sabia, seria extra-oficialmente, fato que aponta para a conclusão → logo foi uma operação organizada, na medida em que foi sigilosa.

Por outro lado, contribui para reforçar a conclusão o adjetivo *poucos* que, à semelhança do que faz o operador argumentativo *pouco*, está apontando para a negação da totalidade. Tem-se, como totalidade, *todos os desembargadores*; como negação da totalidade, *poucos dos desembargadores*. Se poucos desembargadores sabiam da investigação, então foi uma operação realmente sigilosa; se foi sigilosa, foi uma operação bem organizada.

Vale destacar, por fim, a escolha dos lexemas *comandada* e *acompanhada*. O sintagma *operação comandada* ativa na mente do leitor a idéia de *operação de guerra*, portanto, uma operação forte e organizada. O sintagma *acompanhada pelo procurador* faz concluir novamente que se trata de uma operação organizada, na medida em que foi observada, regulada pelo procurador. Os dois dados – *operação comandada e acompanhada* –, somados pelo operador argumentativo *e*, funcionam como argumentos que defendem a tese de que foi uma operação bem planejada e bem executada pelas autoridades.

Como se pode constatar por intermédio da análise, o jornalista, embora tenha atendido às condições necessárias para a construção de um texto informativo, fez escolhas importantes na colocação em cena do ato de linguagem, o que significa que se valeu do espaço de estratégias para expressar sua subjetividade.

### **Considerações finais**

Por intermédio do exame do texto *Operação furacão da polícia federal*, foi possível demonstrar que o gênero *notícia*, apesar de ter ca-

ráter informativo, apresenta marcas lingüísticas que denunciam a subjetividade do locutor.

Reconheceram-se como marcas lingüísticas alguns operadores argumentativos como *quase* e *além de*. Também se identificou que algumas escolhas lexicais, como *organização criminosa* e *desarticular*, aplicadas para fazer referência a membros da justiça e a policiais, revelaram a visão do locutor de que se devem colocar no mesmo bojo todos os indivíduos que infringem as leis, independentemente de quem seja.

Observou-se, ainda, que a ordem de apresentação de determinados argumentos não foi aleatória, pelo contrário, constituiu uma estratégia argumentativa utilizada para substituir uma outra que é típica de gêneros textuais comentados. Dessa forma, obedeceu-se às regras do texto informativo, mas marcou-se a subjetividade.

Há um caminho longo de estudo dos gêneros informativos a ser percorrido, mas entende-se que este artigo pode contribuir para que os leitores de textos jornalísticos façam uma leitura mais crítica do gênero *notícia*, separando o que efetivamente é conteúdo proposicional e o que constitui marca de subjetividade do locutor. Em outros termos, que eles sejam capazes de distinguir informação de opinião.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983.

———. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. D. (org.) *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

———. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

———. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. e adapt. coordenadas por Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. Trad. de Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa A. Figueira. São Paulo: Cultrix, 1976.

———. *O dizer e o dito*. Trad. de Eduardo J. Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 2.0, 2007.

KOCH, I. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.

**Resumo:**

Este artigo analisa um texto informativo publicado pelo jornal *O Estadão* sob uma perspectiva discursiva. A análise fundamenta-se nos pressupostos da teoria Semiolingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau, e toma como apoio a Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot.

**Abstract:**

This paper examines an informative text that was published by the journal *O Estadão*, taking into account a discursive perspective. To do so, two theoretical approaches are used: the Semi-linguistics of the Discourse, by Patrick Charaudeau, and the Argumentative Semantics, by Oswald Ducrot.

**Palavras-chave:** gênero “notícia”; subjetividade; estratégia argumentativa.

**Keywords:** news-genre; subjectiveness; argumentative strategies.